

O que a moratória acarretaria

Os que abominam a moratória apontam uma série de consequências da sua adoção, tanto na área externa como interna. Na área externa, os efeitos a curto e médio prazo seriam os seguintes:

1) — suspensão dos créditos comerciais, hoje da ordem de US\$ 7,0 bilhões, o que significa que o país terá de comprar à vista as matérias-primas, os equipamentos, os alimentos e tudo o mais de que necessita do mercado externo;

2) — as dificuldades que envolveriam a conta petróleo, sabendo-se que as reservas de óleo são suficientes apenas para 40 dias de consumo, e que as aquisições teriam de ser feitas à vista;

3) — O colapso na poupança externa, afetando imediatamente o fluxo de financiamentos externos e provocando uma paralisação total nos investimentos de capital estrangeiro;

4) — a suspensão dos créditos interbancários (US\$ 6,5 bilhões) provocando o fechamento das agências dos bancos brasileiros no exterior, afetando duramente o financiamento do comércio.

Entre os efeitos no mercado interno poderiam ser destacados:

1) — a implementação de um processo recessivo, em face da impossibilidade da poupança interna, por si só, financiar o crescimento da economia;

2) — a suspensão dos pro-

gramas de investimentos governamentais, inclusive projetos essenciais, como os de geração de energia hidrelétrica;

3) — a necessidade de montar, a curíssimo prazo, um gigantesco programa de substituição de importações, esforço que exigiria a mobilização de poupança interna que não está disponível nos níveis exigidos;

4) — a virtual expulsão do País da convivência com o mercado financeiro internacional por um longo período, como consequência da decretação do estado de "default", e o isolamento a que seria submetido o País no comércio mundial, especialmente junto aos países desenvolvidos.